

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

114 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 07 a 11/03/2022

1. SESSÃO PLE	NÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
	Guerra na Ucrânia e resposta da UE	1
	Ingerência estrangeira e desinformação	2
	Mecanismo de condicionalidade do Estado de direito	3
	Criação de duas comissões especiais e de uma comissão de inquérito	3
	Outros debates	4
2. CONSELHO	EUROPEU INFORMAL	4
3. CONFERÊN	ICIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA SESSÃO PLENÁRIA	5
4. BÚSSOLA ES	STRATÉGICA REVISÃO	5
5. COMISSÃO	EUROPEIA AÇÃO CONJUNTA ENERGIA	6
6. COMISSÃO	EUROPEIA COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	6
7. COMISSÃO	AÇÃO DE COESÃO A FAVOR DOS REFUGIADOS NA EUROPA (CARE)	7
8. REUNIÕES	DO CONSELHO DA UE	7
	Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento	7
	Reunião informal dos ministros da Cultura	8
	Reunião informal dos ministros das Telecomunicações	8
9. AGENDA DA	A PRÓXIMA SEMANA	8
	Parlamento Europeu	8
	Comissão Europeia	8
	Conselho da União Europeia	8



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Realizou-se, esta semana, a sessão plenária do PE em Estrasburgo, com os seguintes destaques:

Guerra na Ucrânia e resposta da UE

Teve lugar um <u>debate sobre a agressão militar russa na Ucrânia</u>, com a presença da Primeira-Ministra da Estónia e antiga eurodeputada, Kaja Kallas, e o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell.

Na abertura, a <u>presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola</u>, considerou "Precisamos de reavaliar o papel da Europa neste novo mundo. Precisamos de aumentar o nosso investimento na defesa e em tecnologias inovadoras. Este é o momento de darmos passos decisivos para garantir a segurança de todos os europeus. É o momento de construir uma verdadeira União de Segurança e Defesa e de reduzir a nossa dependência do Kremlin. Temos visto até agora uma coordenação europeia, uma solidariedade e uma unidade sem precedentes - e deve ser este o projeto para avançarmos".

A Primeira-Ministra estónia, Kaja Kallas, recordou que a sua mãe foi deportada por Estaline para a Sibéria, e elogiou as ações que a UE tomou para ajudar a Ucrânia. Porém, advertiu que "Temos um longo caminho pela frente. Teremos de ter uma paciência estratégica, porque a paz não vai surgir amanhã". Apelou a uma "política de contenção inteligente" e sublinhou a necessidade de a UE reduzir a dependência energética russa e reforçar a defesa europeia, trabalhando "de mãos dadas com a NATO". Referindo-se ao futuro da Ucrânia, disse: "Não é apenas do nosso interesse dar à Ucrânia uma perspetiva de adesão, é também nosso dever moral fazê-lo. A Ucrânia não está a lutar pela Ucrânia, está a lutar pela Europa. Se não for agora, então quando será?".

O Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, afirmou que a guerra em curso "deixará uma marca na história", sendo necessário explicar aos cidadãos "que o nosso modo de vida tem um custo associado", salientando que a Europa terá um preço a pagar para responder à Rússia e que as consequências desta guerra serão duradouras e influenciarão as políticas europeias durante os próximos anos e décadas.

Na primeira ronda de oradores em nome dos grupos políticos intervieram os seguintes eurodeputados: Arnaud Danjean (PPE, França), Iratxe García Pérez (S&D, Espanha), Nathalie Loiseau (Renew Europe, França), Ska Keller (Verdes/ALE, Alemanha), Jaak Madison (ID, Estónia), Anna Fotyga (ECR, Polónia) e Martin Schirdewan (Grupo da Esquerda, Alemanha). As intervenções estão disponíveis aqui. Neste período, foram mencionados os anteriores esforços falhados da UE para aumentar as suas capacidades de defesa. Porém, foi destacada a nova <u>Bússola Estratégica</u> para fazer avançar a União Europeia de Defesa. Alguns intervenientes salientaram também que deve ser dado apoio a infraestruturas críticas, resiliência a ciberataques e acelerar a transição verde.

Intervieram neste debate os Deputados portugueses <u>Pedro Marques (S&D)</u> e <u>Paulo Rangel (PPE)</u>.

Além deste debate, realizou-se igualmente <u>uma discussão sobre a deterioração da situação dos refugiados</u> na sequência da agressão russa à Ucrânia. De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), <u>mais de dois milhões de pessoas deixaram a Ucrânia desde 24 de fevereiro</u>, a maioria das quais com destino aos países vizinhos. No dia 2 de março, a Comissão Europeia propôs, <u>como pedido pelo PE</u>, a ativação da <u>diretiva relativa à proteção temporária</u> para assegurar que os cidadãos ucranianos e as pessoas domiciliadas na Ucrânia que fogem da guerra beneficiem de proteção na UE, o que significa que receberão autorizações de residência e terão acesso à educação e ao mercado de trabalho. A <u>decisão foi adotada</u> pelo Conselho em 4 de março.

-

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.



Neste debate, os Deputados elogiaram os Estados-Membros na linha da frente pelo seu extraordinário empenho até agora, mas alertaram que será necessária uma solidariedade robusta e continuada a longo prazo.

O debate contou com a participação da presidência francesa do Conselho da UE, representada pela Ministra delegada para a Inclusão Económica, Brigitte Klinkert, e da Comissão Europeia, que se fez representar pela Comissária para os Assuntos Internos, Ylva Johansson.

A Comissária Ylva Johansson salientou a pressão extraordinária sentida pelos Estados-Membros que partilham fronteiras com a Ucrânia - Polónia, Hungria, Eslováquia e Roménia -, assim como pela República da Moldávia. Interveio no debate a Deputada portuguesa <u>Isabel Santos (S&D)</u>.

Finalmente, e por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a 8 de março, a escritora ucraniana Oksana Zabuzhko <u>discursou perante o PE</u> sobre a situação na Ucrânia.

No início da cerimónia, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, declarou: "Neste dia, a palavra celebração não é realmente uma palavra que possamos usar. Na Ucrânia, vemos mulheres a resistir, levantando-se e pegando em armas contra o seu agressor. É um privilégio ter connosco uma mulher e escritora ucraniana cuja literatura e voz forte exibe a força das mulheres ucranianas face à opressão. Estas mulheres corajosas e resistentes servem de inspiração para todos nós, pois defendem os mesmos valores europeus que nós defendemos".

Oksana Zabuzhko, que deixou a Ucrânia há duas semanas com apenas uma mala na mão, salientou que estava habituada, nos seus textos, a dar voz às mulheres e a lutar pelos seus direitos, mas pela primeira vez, agora, tem de defender os direitos das mulheres à própria vida. A escritora afirmou: "Não posso deixar de admirar as minhas companheiras, lutando ao lado dos nossos homens, gerindo a distribuição de mantimentos pelas nossas cidades sitiadas e dando à luz em abrigos para se protegerem das bombas, supervisionadas por médicos online. O problema é que as bombas de Putin não serão travadas pela força do nosso espírito".

Alertando para as intenções de Putin, disse: "Muitas vidas poderiam ter sido salvas se a UE e os EUA tivessem acordado há oito anos quando ele invadiu a Crimeia. Um novo Hitler estava pronto para retomar onde o anterior tinha parado. Estou aqui para vos dizer, como escritora que percebe alguma coisa de linguagem, que já é uma guerra, e não apenas um conflito local. Acreditem em Putin quando ele revela as suas ambições. Por favor, não tenham medo de proteger o céu acima daqueles que ali lutam para libertar a Europa deste espectro de um novo totalitarismo".

O vídeo da cerimónia está disponível aqui.

Finalmente, importa dar nota de que o PE criou uma página dedicada à cooperação com o Parlamento ucraniano, disponível aqui.

Ingerência estrangeira e desinformação

O <u>PE aprovou</u> as recomendações da <u>Comissão Especial do PE sobre a ingerência estrangeira</u> em todos os processos democráticos na UE, incluindo a desinformação (INGE), com vista a reforçar as capacidades da UE para fazer face às táticas de ingerência estrangeira. É proposto um regime de sanções para combater estes fenómenos, campanhas de sensibilização do público e regras mais robustas para evitar que as plataformas de redes sociais sirvam de veículos de propagação da desinformação.



A comissão especial concluiu que, devido à falta de certos instrumentos de dissuasão, os intervenientes mal-intencionados "podem legitimamente presumir que as suas campanhas de desestabilização da UE não terão de enfrentar quaisquer consequências", procurando influenciar eleições, perpetrar ciberataques, recrutar antigos altos responsáveis políticos e instigar a polarização no debate público.

De acordo com o relatório, aprovado com 552 votos a favor, 81 contra e 60 abstenções, a falta generalizada de sensibilização para a gravidade da ingerência estrangeira e da manipulação, predominantemente levadas a cabo pela Rússia e pela China, é agravada por lacunas na legislação e pela insuficiente coordenação entre os Estados-Membros.

Intervieram no debate os Deputados portugueses <u>Marisa Matias (Grupo da Esquerda)</u>, <u>Isabel Santos (S&D)</u> e <u>Paulo Rangel (PPE)</u>.

Mecanismo de condicionalidade do Estado de direito

O PE aprovou uma <u>resolução em que apela à Comissão Europeia que inicie imediatamente os procedimentos</u> previstos no regulamento sobre a condicionalidade do Estado de direito.

Criação de duas comissões especiais e de uma comissão de inquérito

O PE aprovou a <u>criação de uma comissão de inquérito sobre o caso *Pegasus* e de comissões especiais sobre a ingerência estrangeira e a COVID-19:</u>

- Comissão de inquérito para investigar a utilização do software espião de vigilância Pegasus e equivalentes: incumbida de investigar o âmbito das alegações de infração ou de má administração na aplicação do direito da UE resultantes da utilização do software espião de vigilância Pegasus e equivalentes. Irá recolher informações sobre em que medida os Estados-Membros ou países terceiros utilizam a vigilância intrusiva duma forma que viola os direitos e liberdades consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, bem como avaliar o nível de risco que tal representa para os valores europeus, como a democracia, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos.

Para mais informações sobre as competências da nova comissão de inquérito, pode ser consultada a proposta de <u>decisão sobre a sua constituição</u>, aprovada com 635 votos a favor, 36 contra e 20 abstenções. Esta comissão será composta por 38 membros, que serão escolhidos pelos grupos políticos e anunciados em 24 de março.

- Comissão especial sobre a ingerência estrangeira em todos os processos democráticos na UE, incluindo a desinformação: no seguimento da atual comissão especial <u>INGE</u>, cujo mandato termina no dia 23 de março, o PE decidiu criar uma comissão especial INGE II para dar continuidade aos seus trabalhos.

Composta por 33 membros, a INGE II deverá analisar a legislação e as políticas existentes e previstas para detetar eventuais omissões, lacunas e sobreposições que possam ser exploradas para a ingerência mal-intencionada de países terceiros nos processos democráticos.

Para mais informações sobre as competências desta comissão especial, pode ser consultada a proposta de <u>decisão sobre a sua constituição</u>, aprovada com 614 votos a favor, 42 contra e 34 abstenções.



Comissão especial sobre a pandemia de COVID-19: ensinamentos retirados e recomendações para o futuro: será composta por 38 membros e irá analisar a resposta europeia à pandemia nas áreas da saúde, democracia e direitos fundamentais, economia e sociedade, bem como os aspetos internacionais da pandemia.

Para mais informações sobre as competências desta comissão especial, pode ser consultada a proposta de decisão sobre a sua constituição, aprovada com 642 votos a favor, 10 contra e 39 abstenções.

Outros debates

- <u>Passaportes e vistos dourados</u>;
- Combate à elisão e evasão fiscais;
- Aumento dos preços da energia e manipulação do mercado do gás;
- Semestre Europeu: recuperação económica e aspetos sociais;
- Mobilização do fundo europeu de apoio aos trabalhadores despedidos;
- Regras europeias sobre baterias e resíduos de baterias.

2. CONSELHO EUROPEU INFORMAL

Nos dias 10 e 11 de março decorreu, em Versalhes, a <u>reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo</u>, tendo sido adotada, no primeiro dia, uma <u>declaração</u> sobre a agressão da Rússia contra a Ucrânia e debatidas as suas consequências e resposta da UE. A declaração refere-se ainda ao **reforço** das capacidades de defesa, redução das dependências energéticas e construção de uma base económica mais sólida.

Os dirigentes destacaram ainda que esta agressão militar é uma violação flagrante do direito internacional e compromete a segurança e a estabilidade na Europa e no mundo e que a responsabilidade cabe inteiramente à Rússia e à sua cúmplice Bielorrússia. Congratularam assim a decisão do procurador do Tribunal Penal Internacional de abrir um inquérito e apelaram a que a proteção e segurança das instalações nucleares da Ucrânia seja assegurada. No mesmo sentido, salientaram a sua determinação em aumentar a pressão sobre a Rússia e a Bielorrússia, assegurando a plena aplicação das sanções adotadas (o Conselho disponibilizou uma infografia completa sobre as sanções da UE neste âmbito, disponível aqui).

Foi ainda saudado o povo ucraniano e **afirmado o apoio coordenado a nível político, financeiro, material e humanitário**, bem como o apoio à reconstrução de uma Ucrânia democrática e proteção temporária aos refugiados de guerra.

Os dirigentes reconheceram também as **aspirações europeia e a opção europeia da Ucrânia**, convidando a Comissão Europeia a dar o seu parecer sobre o pedido de adesão da Ucrânia à UE (assim como da Moldávia e Geórgia), tendo sido referido que *a Ucrânia faz parte da nossa família europeia*.

Por fim, foi debatida a forma de **reforçar a soberania europeia, reduzir as dependências e conceber um novo modelo de crescimento e investimento** em torno de três questões fundamentais referidas na declaração: o reforço das capacidades de defesa, a redução da dependência energética, em especial do gás, do petróleo e do carvão da Rússia e a construção de uma base económica mais sólida.



3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | SESSÃO PLENÁRIA²

Realizou-se em Estrasburgo, nos dias 11 e 12 de março, a <u>4.ª sessão plenária</u> da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), antecedida pela reunião dos representantes dos Parlamentos nacionais que participam na sessão plenária - componente Parlamentos nacionais - no dia 10 de março, e das reuniões dos grupos de trabalho da Conferência, na manhã do dia 11 de março. A delegação permanente da Assembleia da República à CoFE é composta pelos Deputados Luís Capoulas Santos (PS), Paulo Moniz (PSD), Fabíola Cardoso (BE) e Bruno Dias (PCP).

A reunião foi copresidida por Guy Verhofstadt (Parlamento Europeu), Dubravka Šuica (Comissão Europeia) e Clément Beaune (Conselho), e a respetiva <u>agenda</u> incidiu sobre a apresentação, pelos representantes dos Painéis de Cidadãos Europeus e dos Painéis de Cidadãos Nacionais relacionados, das recomendações adotadas no âmbito do <u>Painel 1</u> «Uma Economia mais forte, justiça social e emprego/educação, juventude, cultura e desporto/transformação digital» e do <u>Painel 4</u> «A UE no mundo/Migração». O debate que se seguiu contou com a participação dos representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia, dos Parlamentos nacionais, dos parceiros sociais e dos cidadãos.

O primeiro dia de trabalhos ficou marcado pela realização de um <u>minuto de silêncio em homenagem às vítimas ucranianas</u>, pela <u>audição</u> da delegação ucraniana sobre a situação que se vive na Ucrânia e pela <u>participação do Alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, <u>Josep Borrel.</u></u>

4. BÚSSOLA ESTRATÉGICA | REVISÃO

Demos nota nas Sínteses n.º 101 e 106 dos desenvolvimentos relativos à Bússola Estratégica, nomeadamente quanto à sua apresentação pelo alto representante da UE para para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, assim como a sua primeira versão revista, datando a segunda e última revisão de 5 de março. Prevê-se que este documento possa ser adotado este mês, no Conselho Europeu de 24 e 25 de março.

Face à invasão da Ucrânia por parte da Rússia, o documento foi novamente revisto e com grande profundidade. Recorde-se que algumas críticas ao documento inicial focavam aspetos específicos relativos às ameaças militares, fornecimento de energia para armamento e ataques híbridos, assim como o papel importante da UE junto da vizinhança oriental. O Euractiv disponibiliza uma análise das principais alterações introduzidas neste documento, com a classificação de LIMITE.

Logo no início do sumário executivo, pode ler-se que "O regresso da guerra na Europa, bem como as grandes mudanças geopolíticas estão a desafiar a nossa capacidade de promover a nossa visão e defender os nossos interesses". Em seguida, refere-se que "O ambiente de segurança mais hostil exige que dar um salto quântico para a frente e aumentar a nossa capacidade e vontade de agir, reforçar a nossa resiliência e assegurar a solidariedade e assistência mútua. A UE tem de aumentar a sua presença, eficácia e visibilidade no global através de esforços e investimentos conjuntos (...)".

Por conseguinte, a Bússola Estratégica marca um elevado nível de ambição para a agenda de segurança e defesa:

- 1. <u>Proporcionando uma avaliação partilhada do ambiente estratégico</u>, das ameaças e desafios e as suas implicações para a UE;
- 2. Trazendo <u>maior coerência e sentido comum às ações na área da segurança e defesa</u> que já estão em curso;

-

² Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus



- 3. Estabelecendo <u>novas formas e meios para melhorar a nossa capacidade coletiva</u> de defender a segurança dos nossos cidadãos e a União;
- 4. Especificando <u>objetivos e metas claras</u> para medir o progresso.

Para tal, as ações prioritárias concentram-se em quatro vertentes de trabalho: i) agir, de forma rápida e robusta; ii) providenciar segurança, antecipando ameaças; iii) investir e iv) estabelecer parcerias.

5. COMISSÃO EUROPEIA | AÇÃO CONJUNTA ENERGIA

A Comissão Europeia apresentou esta semana as <u>linhas gerais de um plano para tornar a Europa independente dos combustíveis fósseis russos muito antes de 2030</u>, começando pelo gás, e tendo presente a invasão russa da Ucrânia.

O plano contém várias medidas destinadas a dar resposta ao aumento dos preços da energia na Europa e reconstituir as reservas de gás para o próximo inverno. Procurando diversificar o aprovisionamento de gás, acelerar a implantação de gases renováveis e substituir o gás no aquecimento e produção de eletricidade, esta iniciativa - REPowerEU, possibilitará a **redução da procura de gás russo em dois terços até ao final do ano**.

A Comissão havia já estabelecido, em outubro, um conjunto de instrumentos para os preços da energia, que auxiliou os Estados-Membros a atenuar o impacto dos preços elevados nos consumidores vulneráveis, apresentando agora orientações complementares, confirmando a possibilidade de regular os preços em circunstâncias excecionais. As regras em matéria de auxílios de Estado proporcionam também aos Estados-Membros opções para prestar apoio a curto prazo às empresas afetadas por preços de energia elevados. A Comissão prevê ainda apresentar, até ao próximo mês de abril, uma proposta legislativa que obrigue a aprovisionar as capacidades de armazenamento de gás na UE em, pelo menos, 90%, prosseguindo a sua investigação sobre o mercado do gás e as possíveis distorções da concorrência, sobretudo por parte da Gazprom.

O plano <u>REPowerEU</u> aumentará a resiliência do sistema energético à escala da UE com base em dois pilares:

- diversificar o aprovisionamento de gás através do reforço das importações de GNL e através de gasodutos de fornecedores não russos e recurso a maiores volumes de produção e importação de biometano e hidrogénio;
- **reduzir mais rapidamente o recurso a combustíveis fósseis** nas casas, edifícios, indústria e sistema energético, através do reforço da eficiência energética, energias renováveis e eletrificação, assim como da supressão dos estrangulamentos nas infraestruturas.

A Comissão Europeia elaborou uma seção de <u>perguntas e respostas</u> sobre o tema que complementa esta informação.

6. COMISSÃO EUROPEIA | COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Comissão propôs também <u>regras a nível da UE para combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica</u>.

As regras propostas prevêm:

- criminalização da violação, da mutilação genital feminina e da ciberviolência;
- procedimentos seguros de comunicação de informações e de avaliação dos riscos;
- respeito pela privacidade das vítimas nos processos judiciais e direito a indemnização;
- apoia às vítimas através de linhas telefónicas de apoio e centro de crise para vítimas de violação;



- melhor coordenação e cooperação.

Foi ainda publicada a edição de 2022 do <u>relatório anual da Comissão Europeia sobre a igualdade de género na UE</u>. Em 2021, foram tomadas medidas importantes em termos de propostas legislativas, designadamente em matéria de <u>transparência salarial</u> e <u>salários mínimos adequados na UE</u>, bem como um novo <u>Regulamento Serviços Digitais</u> (RSD), que ajudará a proteger os utilizadores em linha. Em <u>dezembro de 2021</u>, a Comissão propôs também a inclusão do discurso de incitação ao ódio e dos crimes motivados pelo ódio na lista de crimes da UE.

A seção de perguntas e respostas encontra-se disponível aqui.

7. COMISSÃO | AÇÃO DE COESÃO A FAVOR DOS REFUGIADOS NA EUROPA (CARE)

Foi adotada pela Comissão Europeia uma proposta para uma ação de coesão a favor dos refugiados na Europa (CARE) que permite aos Estados-Membros e às regiões prestar auxílio de emergência às pessoas que fogem da invasão russa da Ucrânia, introduzindo a flexibilidade necessária nas regras da política de coesão de 2014-2020 para permitir uma rápida reafetação dos fundos disponíveis, podendo ainda a dotação de 2022 dos fundos da Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU) ser utilizada.

A <u>CARE</u> permitirá que os <u>Estados-Membros cubram as necessidade básicas das pessoas que fogem da invasão russa da Ucrânia (alojamento, alimentação e cuidados médicos), e pode reforçar a capacidade administrativa dos Estados-Membros para apoio aos refugiados e para a sua integração a longo prazo.</u>

Como instrumento excecional para circunstâncias excecionais, a CARE introduz quatro alterações principais às regras da política de coesão:

- prorrogação da possibilidade de cofinanciamento da UE de 100% para o financiamento da política de coesão de 2014-2020 no exercício de 2021-2022;
- Estados-Membros e regiões poderão destinar recursos do FEDER e FSE para prestar ajuda, podendo cada um dos fundos apoiar projetos que são normalmente financiados pelo outro;
- as despesas dos Estados-Membros com as ações de ajuda serão elegíveis para apoio da UE retroativamente, a partir da data da invasão russa;
- os relatórios e alterações dos programas serão simplificados.

A esta propósito, a Comissária Elisa Ferreira referiu que «As propostas de hoje vão facilitar e acelerar a mobilização de fundos de coesão para ajudar as pessoas que fogem da guerra na Ucrânia, bem como para apoiar os Estados-Membros e as regiões fronteiriças que as acolhem. Além disso, a taxa excecional de cofinanciamento de 100 % aplicada em resposta à pandemia será prorrogada por um ano. Convido o Parlamento Europeu e o Conselho a ponderarem rapidamente esta proposta, para que os Estados-Membros e as regiões possam aproveitar estas novas oportunidades o mais rapidamente possível.»

Uma seção de perguntas e respostas sobre o tema foi disponibilizada pela Comissão Europeia.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento

Os ministros fizeram um <u>balanço das ações implementadas pela União Europeia e pelos seus</u> <u>Estados-Membros no apoio à Ucrânia</u>, tanto no que se refere às medidas de emergência como ao novo Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional da UE, bem como um



balanço da ajuda humanitária enviada para a fronteira ucraniana após a activação do Mecanismo de Protecção Civil da UE. Foram ainda trocados pontos de vista sobre a dimensão geopolítica da política europeia de cooperação internacional e de desenvolvimento e a preservação da biodiversidade nas políticas de desenvolvimento e apoio à investigação de sistemas alimentares sustentáveis.

Reunião informal dos ministros da Cultura

A agenda desta reunião foi alterada para contemplar uma discussão entre os ministros sobre a situação na Ucrânia, contando com a presença do ministro ucraniano da cultura e política de informação, Oleksandr Tkachenko, tendo sido adotada uma declaração dos ministros da UE responsáveis pela cultura e meios de comunicação social, para expressar o seu apoio à Ucrânia e ao seu povo, em particular aos seus artistas, jornalistas e profissionais da cultura, e aos meios de comunicação social ucranianos. Através desta declaração, os ministros expressaram igualmente a sua grande preocupação com as ameaças e graves danos ao património de museus, monumentos e cidades da Ucrânia. Foi ainda debatido o futuro dos meios de comunicação e o reforço da diversidade cultural, assim como os novos desafios europeus relativos às políticas de proteção e promoção do património.

Reunião informal dos ministros das Telecomunicações

Os Ministros discutiram a <u>ajuda informática e de telecomunicações a ser fornecida à Ucrânia</u>, nomeadamente através do fornecimento do equipamento IT necessário para o funcionamento normal do governo ucraniano e para manter os serviços de telecomunicações do país operacionais. Foi também adotada uma <u>declaração</u>, apelando às empresas tecnológicas que tomem medidas voluntárias adicionais para combater a desinformação em linha e a manipulação de informação, bem como debatida a importância de aumentar a resiliência das redes de telecomunicações e a cibersegurança na Europa e adotada uma <u>declaração</u> sobre o tema.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos da próxima semana no PE serão dedicados às reuniões das comissões parlamentares.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>16 de março</u>, destacando-se a *revisão de centrais de valores mobiliários*.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 14.03: Eurogrupo; Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)
- 15.03: <u>Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)</u>; <u>Videoconferência informal dos ministros da Saúde</u>
- 16.03: Videoconferência informal dos ministros da Educação
- 17.03: Conselho (Ambiente)
- 18.03: Reunião informal dos ministros responsáveis pelo turismo



Bruxelas | 14 de março de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.